

PLANO ESTRATÉGICO 2015 2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

ALINHADO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Elaboração			Notas		
Presidência			1. Versa este documento sobre a ATUALIZAÇÃO do PLANO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA, ajustando-o em seu período de abrangência até 2020. 2. O referido Planejamento Estratégico foi construído utilizando-se a metodologia Balanced Scorecard – BSC, aprovada pelo egrégio Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para o Poder Judiciário Nacional. As unidades aqui elencadas foram instadas a colaborar com este processo, realizando, no âmbito de suas competências, o levantamento de indicadores e iniciativas, que serviram de subsídios imprescindíveis à compilação do documento final. 3. Por se tratar o Plano Estratégico de um artefato de gestão, aberto a modificações e ajustes, natural que ocorram revisões periódicas. Estas devem ser capazes de propiciar mudanças de rumos, apropriados ao atendimento de novos e diferentes cenários que se apresentam ao longo de sua implementação. Isto posto, esta versão está disponível à apreciação de todos, de modo que possam, após analisá-la, efetivar construtivas sugestões.		
Assessoria de Comunicação					
Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados					
Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais					
Assistência Militar da Presidência					
Cerimonial da Presidência					
Consultoria Jurídica da Presidência					
Controladoria do Judiciário					
Coordenação dos Juizados Especiais					
Diretoria Geral					
Gabinete da Presidência					
Junta Médica Oficial					
Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios					
Secretaria de Administração					
Diretoria de Assistência à Saúde					
Diretoria de Engenharia e Arquitetura					
Diretoria de Finanças					
Diretoria de Recursos Humanos					
Diretoria de Serviços Gerais					
Diretoria de Suprimento e Patrimônio					
Secretaria de Planejamento e Orçamento					
Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização					
Secretaria Judiciária – SEJUD					
Assessoria de Estatística					
Núcleo de Documentação e Informação					
Universidade Corporativa					
1ª Vice-Presidência					
2ª Vice-Presidência					
Corregedoria Geral de Justiça					
Corregedoria das Comarcas do Interior					
CONTROLE					
Data de Elaboração		Revisão	Data de Revisão	Cópia*	Versão
25/03/2015		Diretoria Geral	26/03/2015	Controlada	1.0

* Controlada - Permitida - Proibida - Restrita

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

MESA DIRETORA 2014/2016

Des. **ESERVAL ROCHA**
Presidente

Desa. **VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO**
1ª Vice-Presidente

Desa. **MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA**
2ª Vice-Presidente

Des. **JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS**
Corregedor-Geral

Desa. **VILMA COSTA VEIGA**
Corregedora das Comarcas do Interior

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Desa. **SÍLVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF**

Desa. **LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO**

Desa. **TELMA LAURA SILVA BRITTO**

Des. **MARIO ALBERTO HIRS**

Desa. **IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ**

Desa. **SARA SILVA DE BRITO**

Desa. **MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**

Desa. **ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA**

Des. **LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE**

Des. **CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA**

Desa. **MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL**

Des. **JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO**

Des. **GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO**

Des. **CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO**

Des. **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**

Desa. **HELOISA Pinto de Freitas Vieira GRADDI**

Desa. **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**

Des. **JEFFERSON ALVES DE ASSIS**

Desa. **NÁGILA MARIA SALES BRITO**

Desa. **INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA**

Desa. **GARDÊNIA PEREIRA DUARTE**

Des. **EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ**

Des. **AUGUSTO DE LIMA BISPO**

Des. **JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA**

Des. **JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO**

Des. **PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA**

Desa. **MÁRCIA BORGES FARIA**

Des. **ALIOMAR SILVA BRITTO**

Des. **JOÃO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO**

Desa. **DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL**

Desa. **LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS**

Des. **LUIZ FERNANDO LIMA**

Des. **EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR**

Des. **MOACYR MONTENEGRO SOUTO**

Desa. **ILONA MÁRCIA REIS**

Desa. **IVONE RIBEIRO GONÇALVES BESSA RAMOS**

Des. **OSVALDO DE ALMEIDA BOMFIM**

Des. **ROBERTO MAYNARD FRANK**

Des. **JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS**

Desa. **RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES FILGUEIRAS NUNES**

Desa. **REGINA HELENA RAMOS REIS**

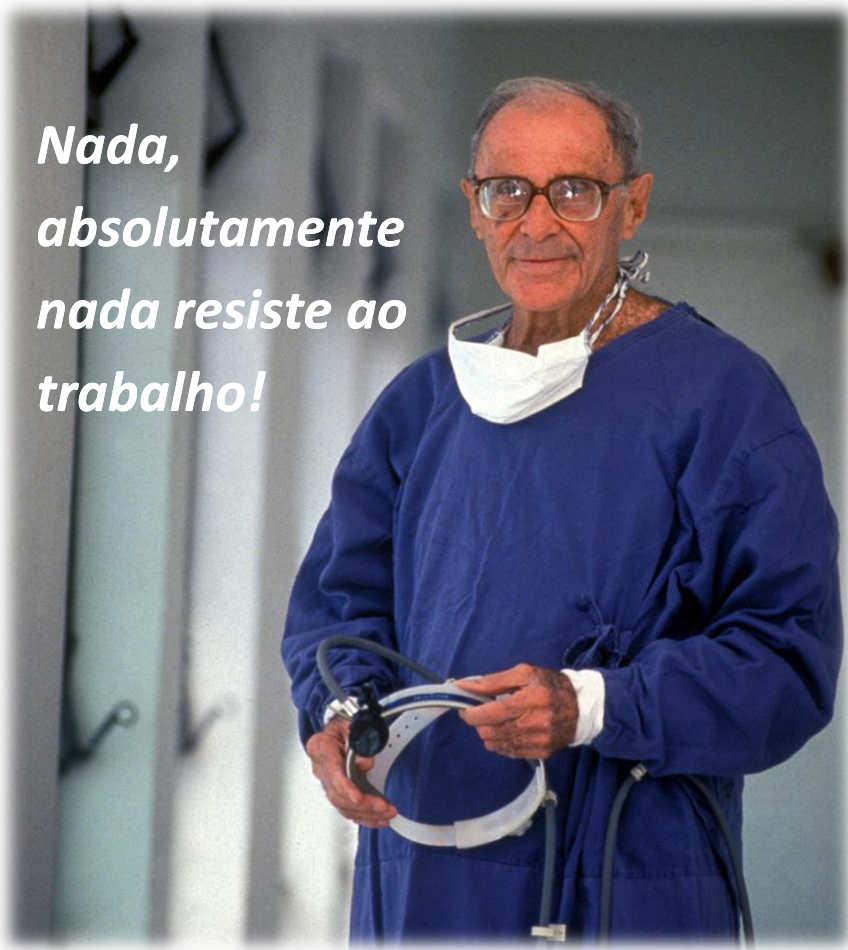
Des. **MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER**

Des. **LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO**



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

*Nada,
absolutamente
nada resiste ao
trabalho!*



Dr. EURYCLIDES DE JESUS ZERBINI

★ 10 de maio de 1912

Guaratinguetá - SP

✚ 23 de outubro de 1993

São Paulo - SP

Médico cardiologista brasileiro, cofundador do Instituto do Coração – INCOR. Foi, em 1968, o quinto médico do mundo a realizar um transplante de coração.

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

SUMÁRIO

1. MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA.....	4
2. DIAGRAMA DAS RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO DO MAPA ESTRATÉGICO.....	5
3. PRIORIZAÇÃO DE MACRODESAFIOS.....	6
4. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE - MISSÃO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA VISANDO A PAZ SOCIAL	7
5. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE – EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURIDICIONAL.....	7
6. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE – GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA.....	7
7. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	9
8. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	11
9. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	12
10. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES.....	13
11. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS.....	14
12. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	15
13. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA.....	17
14. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS.....	19
15. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA TIC	21
16. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	22
17. CESTA DE INDICADORES - MISSÃO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA VISANDO A PAZ SOCIAL	23
18. CESTA DE INDICADORES - EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURIDICIONAL.....	23
19. CESTA DE INDICADORES - GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA.....	23
20. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A CIDADANIA	24
21. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A QUALIDADE NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA.....	24
22. CESTA DE INDICADORES - FACILITAR O ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	24
23. CESTA DE INDICADORES - IMPLANTAR POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MINORIAS	25
24. CESTA DE INDICADORES - COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	26
25. CESTA DE INDICADORES – DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS.....	26
26. CESTA DE INDICADORES – AMPLIAR AS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	27
27. CESTA DE INDICADORES – FORTALECER O CONTROLE INTERNO	27
28. CESTA DE INDICADORES - ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	27
29. CESTA DE INDICADORES - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	28
30. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS COM AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM JUNTOS À JUSTIÇA CRIMINAL.....	29
31. CESTA DE INDICADORES - GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES.....	29
32. CESTA DE INDICADORES - RACIONALIZAR E OTIMIZAR AS DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES.....	29
33. CESTA DE INDICADORES - IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS.....	30



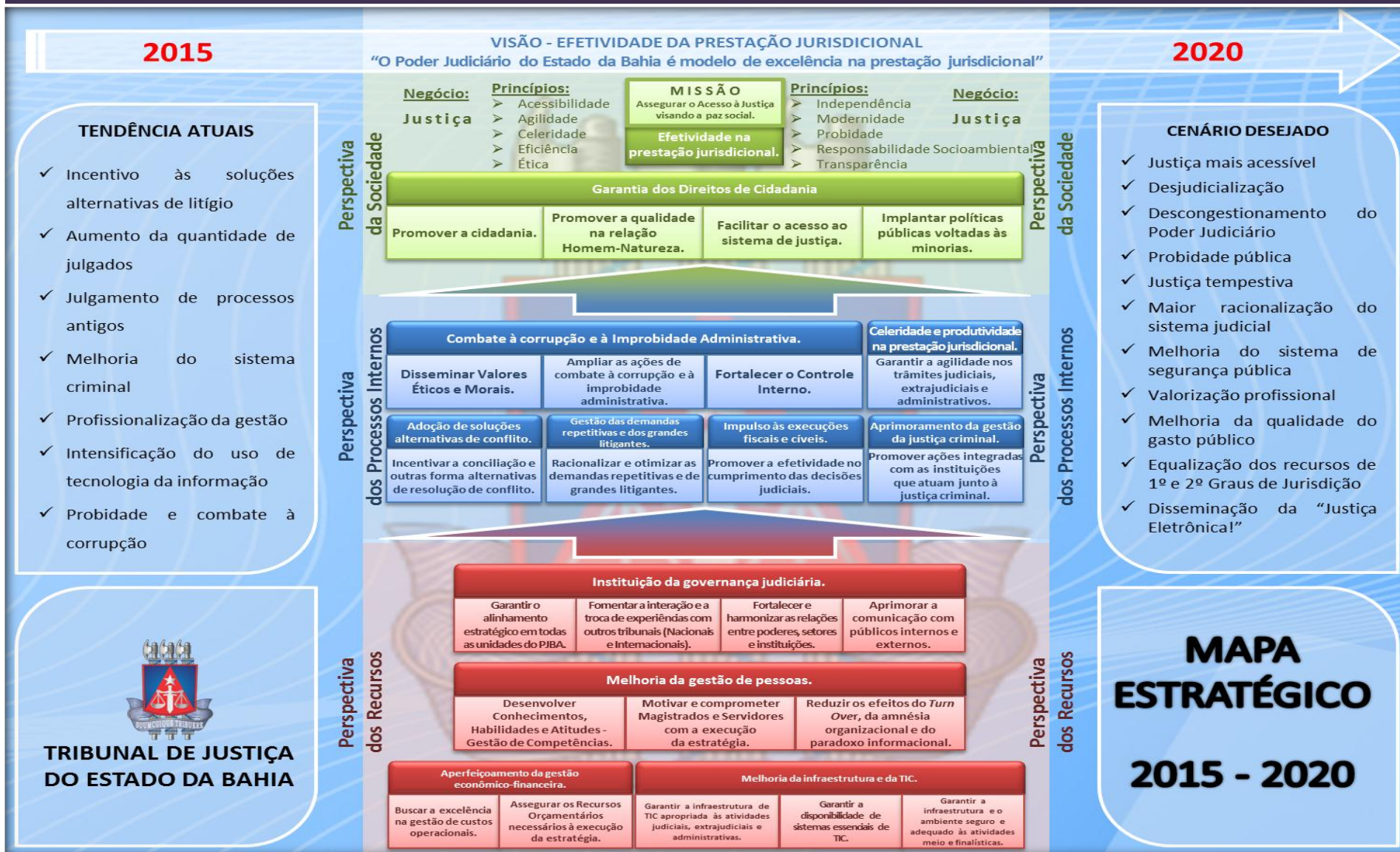
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

34.	CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	30
35.	CESTA DE INDICADORES - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	30
36.	CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.....	31
37.	CESTA DE INDICADORES – INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	32
38.	CESTA DE INDICADORES – GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO PJBA	32
39.	CESTA DE INDICADORES - FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS TRIBUNAIS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS).	33
40.	CESTA DE INDICADORES - FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES.....	33
41.	CESTA DE INDICADORES - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS INTERNOS E EXTERNOS.....	34
42.	CESTA DE INDICADORES - MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS	34
43.	CESTA DE INDICADORES - DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES - GESTÃO DE COMPETÊNCIAS ...	34
44.	CESTA DE INDICADORES - MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	35
45.	CESTA DE INDICADORES – REDUZIR OS EFEITOS DO TURN OVER, DA AMNÉSIA ORGANIZACIONAL E DO PARADOXO INFORMACIONAL	36
46.	CESTA DE INDICADORES – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA TIC.....	36
47.	CESTA DE INDICADORES – GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE TIC APROPRIADA ÀS ATIVIDADES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS	37
48.	CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TIC.....	37
49.	CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A INFRAESTRUTURA E O AMBIENTE SEGURO E ADEQUADO ÀS ATIVIDADES MEIO E FINALÍSTICA	37
50.	CESTA DE INDICADORES – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	38
51.	CESTA DE INDICADORES – BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.....	38
52.	CESTA DE INDICADORES - ASSEGURAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	39



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

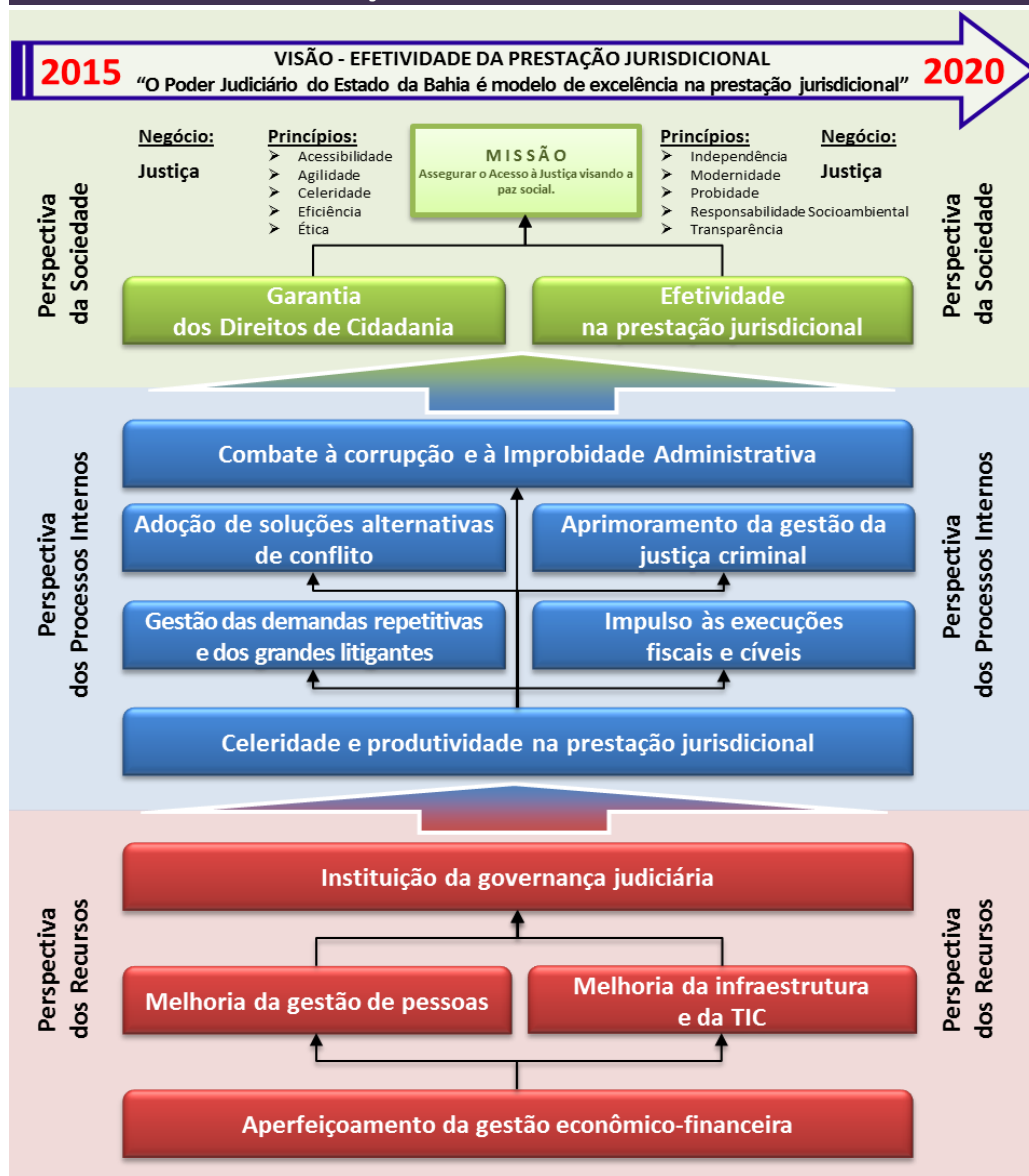
1. MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA





TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

2. DIAGRAMA DAS RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO DO MAPA ESTRATÉGICO



Componentes dos mecanismos de governança



Liderança

- L1: pessoas e competências
- L2: princípios e comportamentos
- L3: liderança organizacional
- L4: sistema de governança

Estratégia

- E1: relacionamento com partes interessadas
- E2: estratégia organizacional
- E3: alinhamento transorganizacional

Controle

- C1: gestão de riscos e controle interno
- C2: auditoria interna
- C3: accountability e transparência





TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

3. PRIORIZAÇÃO DE MACRODESAFIOS

MACRODESAFIO	ANOS					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira						
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional						
Combate à corrupção e à improbidade administrativa						
Efetividade na prestação jurisdicional						
Instituição da governança judiciária						
Melhoria da gestão de pessoas						
Melhoria da infraestrutura e da TIC						
Adoção de soluções alternativas de conflito						
Aprimoramento da gestão da justiça criminal						
Garantia dos direitos da cidadania						
Impulso às execuções fiscais e cíveis						
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes						



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

4. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE - MISSÃO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA VISANDO A PAZ SOCIAL

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

MACRODESAFIO	MISSÃO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA VISANDO A PAZ SOCIAL.
DESCRIÇÃO	Ao Poder Judiciário do Estado da Bahia cabe garantir, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional, o Estado Democrático de Direito, colaborando na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
INDICADOR	1. IC-PJBA - Índice de Confiança no PJBA (Baseado no ICJ-Brasil da Fundação Getúlio Vargas - FGV).
INICIATIVA(S)	1. Executar e monitorar os resultados do Planejamento Estratégico. 2. Fortalecer a atuação do PJBA no âmbito do Planejamento Estratégico e na análise de problemas que afetam o PJBA.

5. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE – EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURIDICIONAL

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

MACRODESAFIO	EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
DESCRIÇÃO	Trata-se de indicador sintético de resultado, denominado Índice de Efetividade da Justiça - IEJus , que permitirá ao Poder Judiciário aferir a sua efetividade a partir dos dados relativos às dimensões: Acesso à Justiça, Duração do Processo e Custo.
INDICADOR	2. IPC-Jus - Índice de Produtividade Comparada da Justiça.
INICIATIVA(S)	3. Fortalecer o Escritório de Projetos e Processos – EPPE. 4. Fortalecer o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica – NEGE.

6. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE – GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

MACRODESAFIO	GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA
DESCRIÇÃO	Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.
INDICADOR	3. ICID - Índice de Cidadania (Baseado no RL da <i>Word Justice Project</i> – WJP).
INICIATIVA	5. Fortalecer o Programa “ <i>Conhecendo o Judiciário</i> ” a fim de que possa prestar orientações sobre direitos e deveres relativos ao âmbito jurídico em escolas secundárias e outros institutos.
OBJETIVO	PROMOVER A CIDADANIA.
DESCRIÇÃO	Refere-se à contribuição para o desenvolvimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão como ator protagonista da sociedade.
INDICADOR	4. NPPS - Número de pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais do PJBA.
INICIATIVA(S)	6. Ampliar número de ações de cidadania dos Balcões de Justiça e Cidadania a fim de que se possa orientar a população sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça e se divulgue as iniciativas institucionais neste sentido. 7. Celebrar parcerias e/ou convênios com entidades públicas, privadas ou ONG’s para viabilizar projetos de cidadania. 8. Fortalecer o Programa “Pai Presente” com divulgação espontânea de mídia e realização de um maior número de mobilizações e expansão do mesmo para o interior do Estado. 9. Fortalecer o programa de “Perícias” Judiciais, especialmente para atender a camada mais hipossuficiente da população. 10. Interagir com os Órgãos da Administração Pública competentes para o desenvolvimento de ações voltadas à outorga de título de domínio aos possuidores de imóveis urbanos e rurais não regularizados. 11. Tornar disponíveis sistemas que possam suportar uma política de segurança pública com cidadania



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA**

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

OBJETIVO	PROMOVER A QUALIDADE NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA.
DESCRIÇÃO	Trata-se de promover o desenvolvimento da cultura da economia de recursos e a preservação do meio ambiente, por meio de ações que contribuam para a consciência ecológica cidadã.
INDICADOR	5. IAS - Índice de Aderência Socioambiental (Relativo à Resolução CNJ nº 201/2015).
INICIATIVA(S)	12. Desenvolver ações com vista ao atendimento da Resolução CNJ nº 201/2015, quais sejam: Criação do Núcleo Socioambiental, preferencialmente subordinados à Alta Administração; Criação, aprovação plenária e publicação no portal do TJBA do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ); Implantação da Gestão de Resíduos; Implantação da Coleta Seletiva; Implantação da Política de Reuso e Reciclagem de Materiais; Monitoramento do Histórico do Consumo das Unidades; Definição do Ponto de Equilíbrio de Consumo (com o Tempo de Ressuprimento e Estoque Mínimo que não afetem a sua Eficiência); Elaboração e divulgação do Balanço Socioambiental; Monitoramento dos Indicadores pertencentes ao Anexo I da Resolução; Estudo e aplicação das resoluções do CONAMA e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que couber; Estudo de conformidade Normativa e Técnica vigente para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; Observação e implantação, no que couber, das Iniciativas constantes do Art. 20 da Resolução (PEG, Procel, A3P, CSS, PES e CPS). 13. Fortalecer a Comissão Ambiental. 14. Implementação do programa "Ambiente Legal - Eu Pratico". 15. Participar de eventos de formulação e execução de políticas públicas socioambientais. 16. Plantio de mudas de plantas e sementes objetivando estimular a consciência ambiental, para mudança de hábitos e de consumo. 17. Realização de ações para aumento da consciência da necessidade de práticas de preservação do meio ambiente. 18. Realizar periódicas mobilizações coletivas para desenvolvimento de ações socioambientais, com distribuição de cartilhas educativas.
OBJETIVO	FACILITAR O ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA.
DESCRIÇÃO	Destina-se à promoção do acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e extrajudiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.
INDICADOR	6. IASJ - Índice de Acesso ao Sistema de Justiça.
INICIATIVA(S)	19. Fortalecer a Ouvidoria Judicial ampliando e divulgando seus canais de comunicação com a sociedade. 20. Implementar ações de Justiça Itinerante. 21. Manter e ampliar a instalação de Terminais de Autoatendimento.
OBJETIVO	IMPLANTAR POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MINORIAS.
DESCRIÇÃO	Trata-se da promoção da equidade social pela implantação de ações afirmativas de resgate histórico.
INDICADOR	7. IPPM - Índice de Políticas Públicas voltadas às Minorias.
INICIATIVA(S)	22. Criar normativas que atendam demandas de ações afirmativas já consolidadas por outros institutos 23. Definir percentual de vagas em concursos e seleções públicas para atender aos reclames das ações afirmativas justificadas. 24. Promover programas de reinserção social para grupos vulneráveis que demandem especial atenção, a exemplo dos egressos do sistema prisional, dependentes químicos, mulheres vítimas de violência doméstica etc. 25. Realizar programa conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Modernização - SETIM para habilitar todas as páginas web do PJBA, conforme normas vigentes, a acessibilidade para usuários especiais, promovendo, inclusive, a opção de leitor de tela ou de memória para perfis de usuários que necessitem do recurso.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

7. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
DESCRIÇÃO	Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos de trabalho, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.
INDICADOR(ES)	8. ICC01 - Índice de Combate à Corrupção – Processos Antigos. 9. ICC02 - Índice de Combate à Corrupção – Processos Novos.
INICIATIVA(S)	26. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 169/2013</u> , qual seja: Criar mecanismos institucionais para a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços. 27. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 44/2007</u> , quais sejam: Identificar processos judiciais, por unidade, que apurem atos de improbidade administrativa; Fiscalizar a remessa ao CNJ das informações necessárias para o cadastramento de condenados no CNCIAI (Resolução CNJ 44/2007) e; Levantar, mensalmente, o quantitativo de sentenças proferidas em processos que apurem atos de improbidade administrativas. 28. Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012 - <u>Meta Nacional nº 4</u> - Priorizar o julgamento dos processos relativos à <u>corrupção e à improbidade administrativa</u> .
OBJETIVO	DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS.
DESCRIÇÃO	Trata-se de valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (princípios e valores da instituição) no âmbito do Poder Judiciário.
INDICADOR	10. IDVE - Índice de Divulgação de Valores Éticos e Morais.
INICIATIVA(S)	29. Criar controles e rotinas de fiscalização sobre as ações das áreas. 30. Desenvolver ações voltadas à conscientização dos servidores quanto à necessidade de zelar pelo patrimônio público 31. Divulgar ostensivamente aos servidores e fornecedores de produtos e serviços as penalizações cabíveis em casos de ocorrências ilícitas. 32. Implantar e fazer cumprir o Código de Ética do Conciliador e Mediador estabelecido pela <u>Resolução CNJ nº 125/2010</u> . 33. Promover de forma transversal em suas ações a disseminação de valores éticos e morais.
OBJETIVO	AMPLIAR AS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
DESCRIÇÃO	Destina-se a realização de mobilizações coletivas com vista à produção de sentenças em lotes de processos relacionados com a improbidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública.
INDICADOR	11. NACC - Número de Ações de Combate a Corrupção.
INICIATIVA(S)	34. Criar mecanismos que incluam parceria com os demais atores do sistema de justiça para o combate a corrupção e a improbidade. 35. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 98/2009</u> , qual seja: Criar mecanismos de fiscalização relativos às determinações da Resolução 98 do CNJ (glosa das provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelo Tribunal de Justiça da Bahia às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua). 36. Monitorar e publicitar os resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa. 37. Priorizar a tramitação e julgamento dos processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

OBJETIVO	FORTALECER O CONTROLE INTERNO.
DESCRIÇÃO	Busca-se a excelência nos métodos, critérios, conceitos e sistemas utilizados nas atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização pela Unidade de Controle Interno (UCI) do PJBA.
INDICADOR	12. IAUCI - Índice de Aderência do Controle Interno - (Relativo à Resolução CNJ nº 171/2013).
INICIATIVA(S)	38. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 86/2009</u>, quais sejam: Fortalecer o papel da Controladoria do Judiciário; Normatizar a atuação da Controladoria do Judiciário, instituindo, inclusive, penalidades para casos de omissões e descumprimentos de solicitações; Estabelecer o acompanhamento periódico da Controladoria junto às unidades gestoras do Tribunal de Justiça da Bahia; Realizar reuniões periódicas com os gestores para discutir relatórios e auditorias realizadas por Órgãos de Controle Externo (TCE e CNJ), bem como pela própria Controladoria do Judiciário e; Identificar os pontos críticos da gestão do Tribunal de Justiça da Bahia e demandar a realização de cursos de aperfeiçoamento junto à UNICORP. 39. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 95/2009</u>, quais sejam: Normatizar, no âmbito do Tribunal de Justiça, a forma como se dará o cumprimento da Resolução 95 do CNJ, bem como a elaboração do relatório anual de atividades e o relatório de gestão; Definir com antecedência de 30 dias ao prazo fixado pela Resolução 95 do CNJ, a equipe que prestará as informações e auxiliará a equipe de transição indicada pela mesa diretora eleita e; Elaborar com antecedência de 30 dias ao prazo fixado pela Resolução 95 do CNJ, a coleta de informações e relatórios exigidos pela citada Resolução. 40. Instituir Comissão Permanente dotada de autonomia para fiscalizar a execução do Plano Estratégico do PJBA, com vista à sua a execução contínua.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

8. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO.
DESCRIÇÃO	Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.
INDICADOR	13. IGC - Índice Geral de Conciliação.
INICIATIVA(S)	41. Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos Estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução CNJ nº 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes - <u>Meta Nacional nº 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação.</u> 42. Potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida. 43. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 125/2009</u> , quais sejam: Criação de Centros de Mediação e Conciliação da Justiça Comum, Família Tributária e Pré-Processual (CEJUSC's).
OBJETIVO	INCENTIVAR A CONCILIAÇÃO E OUTRAS FORMA ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO.
DESCRIÇÃO	Fomentar, sob o prisma da autocomposição, a mobilização da sociedade, educando e estimulando o aprendizado da resolução consensual de conflitos, por negociação ou mediação, para que possa participar ativamente dos procedimentos de resolução de disputas, como também, dos seus efetivos resultados..
INDICADOR	14. NCBMC - Número de Cadastros no Banco de Mediadores e Conciliadores.
INICIATIVA(S)	44. Criar de Balcões de conciliação com a participação do CDL, Sebrae, PROCONS e das Delegacias do Consumidor. 45. Criar o Sistema Estadual de Mediação e Conciliação - SEMC, com competência para executar a política pública contida na Resolução CNJ nº 125/2010 e demais normas legais vigentes, compreendendo o planejamento, o fomento e a coordenação de todos os projetos de solução consensual de conflitos de interesse; a criação de centros temáticos de conciliação (Tributários, Família, Cíveis etc.). 46. Criar programa de fomento a utilização de métodos consensuais de solução de conflitos. 47. Difundir na Sociedade a cultura de solução alternativa de conflito. 48. Estabelecer com a Ouvidoria plano de ação para agilização de processos por via alternativa de resolução de conflitos. 49. Firmar convênios de cooperação com veículos de comunicação a fim de divulgar eventos como a “Semana Nacional de Conciliação”. 50. Firmar parcerias com as Agências Reguladoras a fim de reduzir a judicialização de processos. 51. Implantação de Sistema de Conciliação Virtual – CONVIR para atender ao âmbito pré-processual e processual em todas as áreas temáticas. 52. Realizar parcerias com instituições de ensino superior em pesquisas conjuntas sobre programas alternativos de acesso à justiça.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

9. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
DESCRIÇÃO	Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.
INDICADOR(ES)	15. IAJC01 - Índice de Agilidade da Justiça Criminal - Processos Antigos. 16. IAJC02 - Índice de Agilidade da Justiça Criminal - Processos Novos. 53. Ampliar as ações de mobilização dos mutirões carcerários. 54. Aperfeiçoar Sistema de Controle da Execução Penal. 55. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 101/2009</u> , qual seja: Criar mecanismos de avaliação periódica acerca do cumprimento da Política Institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão. 56. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 105/2010</u> , qual seja: Expandir a utilização de sistema audiovisual para realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência. 57. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 112/2010</u> , qual seja: Regular e instituir, no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, mecanismos de controle dos prazos de prescrição nos processos criminais. 58. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 137/2011</u> , qual seja: Regular o banco de dados de mandados de prisão, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. 59. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 110/2010</u> , qual seja: Realizar estudo de viabilidade de instalação das Varas Regionais de Conflito Agrário e Meio Ambiente. 60. Desenvolver política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias. 61. Implantar Programa de Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal. 62. Implementar unidades núcleos de acompanhamento de penas e medidas alternativas. 63. Promover a metodologia de justiça restaurativa. 64. Realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária com o fito de implantar possíveis ações.
INICIATIVA(S)	
OBJETIVO	PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS COM AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM JUNTO À JUSTIÇA CRIMINAL.
DESCRIÇÃO	Estudo e estabelecimento de mecanismos para promoção de ações integradas na Justiça Criminal.
INDICADOR	17. NAJC – Número de Ações da Justiça Criminal.
INICIATIVA(S)	65. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 165/2012</u> , qual seja: Elabora e executar Plano de Ação em parceria com os demais atores sociais envolvidos no assunto em tela, para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas. 66. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 134/2011</u> , quais sejam: Regular, no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, o depósito judicial, o recolhimento e a destinação de armas de fogo e munições; Revisar periodicamente, em parceria com a Assistência Militar, os procedimentos de depósito judicial e recolhimento de armas de fogo e munições, a fim de identificação e correção de eventuais falhas no procedimento e; Prestar esclarecimentos às unidades judiciais sobre os corretos procedimentos para o depósito judicial e recolhimento de armas de fogo e munições. 67. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 66/2009</u> , quais sejam: Criar mecanismos de fiscalização do envio dos dados ao Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias e; Estabelecer o acompanhamento e análise periódicos, pelo Setor de Estatística, dos dados enviados ao Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

10. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES
DESCRIÇÃO	Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.
INDICADOR	18. TCLS - Taxa de Congestionamento da Litigância Serial no PJBA.
INICIATIVA(S)	68. Efetivar, no que for possível, a comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos. 69. Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau – <u>Meta Nacional nº 6 – Priorizar o Julgamento das Ações Coletivas</u> . 70. Realizar gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas. – <u>Meta Nacional nº 7 - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos</u> .
OBJETIVO	RACIONALIZAR E OTIMIZAR AS DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES.
DESCRIÇÃO	Estudo e estabelecimento de mecanismos para redução das demandas repetitivas e de grandes litigantes.
INDICADOR	19. NBPI - Número de Boas Práticas Implantadas (Relativas à Resolução CNJ nº 160/2012).
INICIATIVA(S)	71. Aprimoramento do Sistema NURER com o desenvolvimento das funcionalidades necessárias à gestão da totalidade dos processos sobrestados pela sistemática dos recursos repetitivos no âmbito do PJBA. 72. Criar mecanismos nos sistemas informatizados para identificação de processos de litigância serial. 73. Desenvolvimento de método de trabalho direcionado à triagem de processos para identificação da controvérsia central e vinculação, se possível, a temas afetados pelo STJ e/ou STF à sistemática dos Recursos Repetitivos e de Repercussão Geral. 74. Desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis. 75. Estudo do impacto do novo CPC no tocante à realização de juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, a fim de estabelecer plano de ação integrado com as áreas competentes. 76. Implantar a Gestão Estratégica das Ações de Massa. 77. Instituir Comitê Estadual com responsabilidade de emitir enunciados que orientem o julgamento de demandas repetitivas.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

11. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS
DESCRIÇÃO	Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.
INDICADOR	20. TCEFC - Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais e Cíveis.
INICIATIVA(S)	78. Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – <u>Meta Nacional nº 5 – Impulsionar Processos à Execução.</u> (Não se aplica diretamente ao PJBA!). 79. Promover mutirões de conciliação com os maiores devedores nas execuções fiscais.
OBJETIVO	PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.
DESCRIÇÃO	Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.
INDICADOR	21. TCFE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução.
INICIATIVA(S)	80. Estabelecer convênios e parcerias com instituições públicas e privadas a fim de dar maior celeridade e efetividade às execuções de toda natureza. 81. Implantar o Comitê de Desenvolvimento da Execução.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

12. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
MACRODESAFIO	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
DESCRIÇÃO	Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.
INDICADOR	22. TMDP - Tempo Médio de Duração do Processo.
INICIATIVA(S)	82. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 185/2013</u>, qual seja: Implementar o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema único de processamento de informações e prática de atos processuais. 83. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 35/2007</u>, qual seja: Criar campanhas para divulgar a população a possibilidade de realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa nos cartórios extrajudiciais (Lei Federal 11.441/2007). 84. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 46/2007</u>, qual seja: Capacitar servidores do 1º e 2º Grau para utilização correta da Tabela Processuais Unificadas - TPU. 85. Elevar a quantidade de processos baixados em 2º Grau de jurisdição. 86. Fortalecer o 1º grau de jurisdição, com ações para o descongestionamento das unidades jurisdicionais. 87. Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais - <u>Meta Nacional Pétrea nº 2 - Julgar Processos mais Antigos</u>. 88. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente - <u>Meta Nacional Pétrea nº 1 - Julgar mais processos que os distribuídos</u>. 89. Otimização e racionalização dos esforços de trabalho por meio da virtualização dos processos judiciais, a fim de viabilizar a implantação do processo eletrônico em todas as comarcas do PJBA. – Projeto TJBA Virtual.
OBJETIVO	GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.
DESCRIÇÃO	Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos a fim de assegurar a eficiência, eficácia e efetividade dos processos de trabalho.
INDICADOR	23. TPTMO - Taxa de Processos de Trabalhos Mapeados (As Is) e Otimizados (To Be).
INICIATIVA(S)	90. Alinhar Planejamento Anual de Compras ao Plano Estratégico com vista ao ganho de escala e maior poder de barganha em negociações de preços finais. 91. Aperfeiçoar a Gestão Documental. 92. Aprimorar a Gestão de Projetos. 93. Criar banco de Termos de Referência a fim de dar agilidade na aquisição de produtos e serviços frequentes. 94. Criar procedimento padrão de uso comum, bem como implantar e utilizar sistema próprio do PJBA com vista a homogeneizar o conhecimento do Processo Licitatório e dar celeridade na aquisição, homologação e contratação de produtos e serviços, numa melhor interação entre as áreas demandantes e o Núcleo de Licitação - NCL. 95. Criar programa próprio de homologação de produtos e serviços para pontuação em editais do tipo técnica e preço, garantindo a qualidade e os prazos de entrega do quanto demandado. 96. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 4/2005</u>, quais sejam: Fortalecer o Setor de Estatística; Regular o funcionamento do Setor de Estatística; Criar rotinas na coleta e análise dos dados e; Definir formato dos relatórios e as informações de maior relevância para o PJBA. 97. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 49/2007</u>, quais sejam: Analisar a necessidade de atualização da Resolução nº 16/2008 do Tribunal de Justiça da Bahia, que instituiu o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e dá outras providências; Atualizar a composição do NEGE; Fortalecer a atuação do NEGE; Analisar a necessidade de modificação da unidade a qual o NEGE encontra-se vinculado (AEP-II – Decreto Judiciário nº 154/2010) e; Vincular o Setor de Estatística ao NEGE.



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA**

98. Desenvolver ações com vista ao atendimento da Resolução CNJ nº 76/2009, quais sejam: Estabelecer mecanismos de controle e acompanhamento do Setor de Estatística no cumprimento dos prazos fixados pela Resolução 76/2009 do CNJ e; Verificar se os dados enviados atendem aos indicadores estabelecidos na Resolução 76/2009 do CNJ.
 99. Elaborar normas e projetos voltados à padronização dos procedimentos cartorários, tais como: Projeto CONJUGAR - Implantar padronização de procedimentos e ambientação nas secretarias do 2º Grau e; Projeto COOPERAR - Implantar padronização de procedimentos e ambientação nas secretarias do 1º Grau.
 100. Estabelecer Quadro Único de Servidores para permitir que todos os servidores do PJBA possam desenvolver suas atribuições nas diversas unidades do poder judiciário de acordo com o nível de escolaridade exigido para atribuições definidas, sem distinção entre instâncias de 1º e 2º grau e entrâncias.
 101. Estimular a solução coletiva das demandas de massa.
 102. Fiscalizar a produtividade das serventias judiciais e extrajudiciais.
 103. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para priorizar a sua solução.
 104. Implantar a Gestão por Processos
 105. Implantar Sistema de Compras próprio do PJBA.
 106. Implementar e aperfeiçoar o Processo Judicial Eletrônico.
 107. Modernizar o processo de gravação e degavação de audiências.
 108. Otimizar os procedimentos cartorários.
-



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

13. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

PERSPECTIVA DOS RECURSOS	
MACRODESAFIO	INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
DESCRIÇÃO	Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias do segmento da justiça estadual, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.
INDICADOR	24. NACG - Número Atendido de Componentes de Governança (Relativo ao Referencial do TCU). 109. Adotar os processos preconizados no ITIL como modelo de gestão de TIC. 110. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 16/2006</u> , qual seja: Propor a criação do Órgão Especial no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
INICIATIVA(S)	111. Implantar Sistema Informatizado de Governança com Modelo de Gestão Estratégica, Tática e Operacional no PJBA. 112. Promover a adoção do COBIT como modelo de governança de TIC no PJBA.
OBJETIVO	GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO PJBA.
DESCRIÇÃO	Garantir que as unidades administrativas e finalísticas tenham os resultados esperados em seus planejamentos de curto, médio e longo prazos (continuidade), respeitando-se as particularidades de cada um e de forma alinhada à estratégia do PJBA.
INDICADOR(ES)	25. IGP - Índice de Gestão Participativa. 26. ISEPE - Índice de Sucesso na Execução de Projetos Estratégicos. 113. Criar o canal de comunicação da estratégia de forma que os interessados, além de se informar, possam participar ao encaminhar sugestões ou ao discutir diretamente com os gestores da estratégia (Comunidade de Prática - COP). 114. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 12/2006</u> , quais sejam: Criar e sistematizar o banco de boas práticas do PJBA; Incentivar e motivar os servidores e magistrados a compartilhar as boas práticas de suas respectivas unidades, inclusive com anotações no registro funcional e; Disseminar entre servidores e magistrados a necessidade e benefícios da utilização de boas práticas.
INICIATIVA(S)	115. Implantar normativo de obrigatoriedade de elaboração de planos de gestão com alinhamento à ao plano estratégico vigente. 116. Implementação de um processo de trabalho específico ao controle e fiscalização de iniciativas de composição dos objetivos estratégicos, a fim de garantir a existência e execução de planos de comunicação para cada um dos objetivos. 117. Realizar Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs com foco no alcance dos Objetivos Estratégicos.
OBJETIVO	FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS TRIBUNAIS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS).
DESCRIÇÃO	Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas, unidades, estruturas e soluções jurídicas e administrativas.
INDICADOR	27. IPEI - Índice de Parcerias Estratégicas Internas ao Poder Judiciário. 28. IABP - Índice de Aproveitamento de Boas Práticas. 118. Fortalecer o Programa “Juiz de Cooperação”, conforme <u>Recomendação CNJ nº 38/2011</u> , criando um sistema online de solicitações que gerencie e distribua as demandas oriundas dos demais tribunais aos juízos competentes.
INICIATIVA(S)	119. Participar ativamente de redes de governança ou de comunidades de prática cujo membros sejam atores da justiça. 120. Promover o intercâmbio de conhecimentos entre as Corregedorias Geral e do Interioro com outras do Poder Judiciário, inclusive com a Corregedoria Nacional da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

OBJETIVO	FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES.
DESCRIÇÃO	Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).
INDICADOR	29. IPEE - Índice de Parcerias Estratégicas Externas ao Poder Judiciário. 121. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 154/2012</u> , qual seja: Viabilizar a implantação da política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária com o cadastro das instituições beneficiadas por esta política.
INICIATIVA(S)	122. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 62/2009</u> , quais sejam: Instituir o cadastro de advogados voluntários no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia; Firmar parcerias com a OAB e a Defensoria Pública para instituir o cadastro de advogados voluntários e; Promover campanhas de sensibilização junto aos advogados. 123. Intensificar as relações institucionais do PJBA com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vista à busca de convergência de esforços.
OBJETIVO	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS INTERNOS E EXTERNOS.
DESCRIÇÃO	Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.
INDICADOR	30. IACI - Índice de Aderência da Comunicação Institucional (Relativo às Resoluções CNJ nºs 79/2009 e 85/2009). 124. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 121/2010</u> , qual seja: Verificar se os sistemas processuais eletrônicos atendem aos requisitos estabelecidos pela Resolução 121 do CNJ quanto à divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais. 125. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 79/2009</u> , qual seja: Verificar se todos os canais de divulgação de informações relativas à execução financeira e orçamentária estão sendo alimentados de forma correta e periódica. 126. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 100/2009</u> , quais sejam: Realizar campanhas incentivando a utilização do SIGA e do e-mail institucional por todas as unidades do Tribunal de Justiça da Bahia; Publicar instrução normativa com orientações sobre a adequada utilização do SIGA e; Elaborar proposta de Resolução do Pleno para regulamentar a utilização do e-mail institucional pelos Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, nos mesmos moldes da Provimento Conjunto das Corregedorias nº 10/2013.
INICIATIVA(S)	127. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 102/2009</u> , qual seja: Criar mecanismos para que as informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos estejam sempre atualizadas. 128. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 85/2009</u> , quais sejam: Normatizar a Comunicação Social no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia; Avaliar a necessidade de reestruturação da ASCOM; Aperfeiçoar a divulgação dos Programas Institucionais; Aperfeiçoar a comunicação interna do Tribunal de Justiça da Bahia estreitar a relação com a imprensa; Aperfeiçoar a divulgação da atividade fim do Tribunal de Justiça da Bahia, a exemplo de notícias acerca de decisões judiciais de grande repercussão e; Transformar a ASCOM numa Unidade Gestora. 129. Formalizar uma agenda anual de compromissos com a mídia local sobre informações de interesse público. 130. Impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisão. 131. Realizar palestras nas instituições de ensino sobre Acesso à Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com distribuição de cartilhas educativas.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

14. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

PERSPECTIVA DOS RECURSOS

MACRODESAFIO	MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS
DESCRIÇÃO	Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.
INDICADOR	31. IGGP - Índice Geral da Gestão de Pessoas. (Relativo ao IFT da Revista Você S/A).
INICIATIVA(S)	312. Alinhar o mapeamento de necessidades de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores ao Planejamento Estratégico do TJBA. 313. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 153/2012</u> , qual seja: Criar mecanismos para acompanhar o fiel cumprimento da Resolução 14/2013 do Tribunal de Justiça da Bahia que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça. 314. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 156/2012</u> , qual seja: estabelecer um padrão de análise prévia à nomeação do servidor ou contratação de prestador de serviço da proibição de designação para função de pessoa que tenha praticado os atos por ela tipificados. 315. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 104/2010</u> , quais sejam: Fortalecer a política de segurança para os Magistrados em situação de risco e; Realizar acompanhamentos periódicos por meio de relatórios expedidos pela Comissão Permanente de Segurança, para identificação e correção de eventuais deficiências na política de segurança (Resolução nº 06/2014). 316. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 7/2005</u> , quais sejam: Estabelecer a análise prévia da proibição contida na Resolução 7 do CNJ antes da nomeação do servidor; Instituir que o formulário de nepotismo seja preenchido e analisado antes da nomeação; Revisar o Decreto Judiciário nº 95, de 12 de fevereiro de 2014, a fim de incluir penalidades às empresas e aos gestores dos contratos pelo descumprimento do normativo e; Fiscalizar o fiel cumprimento do Decreto Judiciário nº 95, de 12 de fevereiro de 2014. 317. Elaborar e Implantar o Projeto Político Pedagógico da UNICORP. 318. Envidar esforços para a permanente valorização de servidores e magistrados. 319. Implementar ações para melhor alocação da força de trabalho no 1º grau. 3140. Promover a participação de servidores e magistrados nos canais de notícias e destaques a fim de divulgar eventos e momentos de especial importância a elevação da autoestima e da motivação para servidores e magistrados (fatos relevantes de determinada comarca/unidade).
OBJETIVO	DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES - GESTÃO DE COMPETÊNCIAS.
DESCRIÇÃO	Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.
INDICADOR	32. ICMD - Índice de Competências Mapeadas e Desenvolvidas. 33. IADNC - Índice de Aderência às Diretrizes Nacionais de Capacitação.
INICIATIVA(S)	141. Ampliar e fortalecer a equipe técnica da UNICORP e sua capacidade de infraestrutura operacional. 142. Desenvolver ação com vista ao atendimento da Resolução CNJ nº 192/2014, qual seja: Implementar a Política Nacional de Formação de Magistrados e Servidores. 143. Implantação da Gestão por Competências. 144. Implantação de Sistema de Gestão das diversas ações de Educação Corporativa. 145. Mapear e desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes de Magistrados e Servidores do PJBA.
OBJETIVO	MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.
DESCRIÇÃO	Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.
INDICADOR	34. IPACE - Índice de Participação dos Magistrados e Servidores do TJBA, em Ações de Capacitação direcionadas a Execução da Estratégia. 35. IDEE - Índice de Difusão direcionada à Execução da Estratégia.
INICIATIVA(S)	146. Capacitar magistrados, servidores e colaboradores para o cumprimento da estratégia. 147. Implantar programa de reconhecimento de servidores e magistrados. 148. Implantar sistema de avaliação periódica de desempenho - desenvolver mecanismos de avaliação de desempenho com o objetivo de subsidiar o planejamento de capacitação de recursos humanos e apreciar o nível de comprometimento como execução da estratégia e com vista ao mérito de promoções no plano de cargos e salários. 149. Implementar Programa de Educação à Distância do TJBA.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

OBJETIVO	REDUZIR OS EFEITOS DO TURN OVER, DA AMNÉSIA ORGANIZACIONAL E DO PARADOXO INFORMACIONAL.
DESCRIÇÃO	Gerir de forma sustentável o processo da aprendizagem organizacional, definindo um conjunto de iniciativas para criar, adquirir, compartilhar o conhecimento e estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados a fim de auxiliar na geração de ideias, solução de problemas e tomadas de decisões.
INDICADOR	36. IRAD - Índice de Redução do Absenteísmo por Doenças. 37. ICPA - Índice de Comunidades de Práticas (COPs) Ativas. 150. Atualizar o acervo bibliográfico das bibliotecas do TJBA. 151. Construção de Arquivo Central do PJBA. 152. Enriquecer o banco de jurisprudências do PJBA. 153. Fortalecer o Programa "SER" com retorno das caravanas ao interior do Estado. 154. Implantar programa de Instrutoria Interna. 155. Implantar programa de Medicina Preventiva.
INICIATIVA(S)	156. Motivar servidores, ofertando cursos de pintura, artesanato para desenvolvimento de habilidades estimulando a criatividade, desenvolvendo talentos e combatendo as tensões do dia-a-dia. 157. Organização de programas de integração dos magistrados e servidores do Poder Judiciário. 158. Realização da ação "Mostra de Talentos do Judiciário" para a valorização do magistrado e servidor nas áreas ligadas a pintura, escultura, fotografia, poesia, música e literatura.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

15. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA TIC

PERSPECTIVA DOS RECURSOS	
MACRODESAFIO	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA TIC
DESCRIÇÃO	Refere-se ao avanço no atendimento de demandas de segurança, uniformidade, qualidade e aparelhamento nas instalações do PJBA, voltadas à efetividade de sua funcionalidade, assim como, ao uso racional destes equipamentos, alinhando-se às políticas estruturantes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa também, garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, por conseguinte das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, com o incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, e otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.
INDICADOR	38. IGCEA - Índice Geral de Conformidade em Ergonomia e Acessibilidade.
INICIATIVA(S)	159. Alinhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) ao novo Plano Estratégico 2015-2020. 160. Desenvolver ação com vista ao atendimento da Resolução CNJ nº 182/2013, qual seja: Fiscalizar o fiel cumprimento das diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação no PJBA. 161. Melhorar a infraestrutura e governança de TIC.
OBJETIVO	GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE TIC APROPRIADA ÀS ATIVIDADES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS.
DESCRIÇÃO	Garantir que os recursos de TIC estejam na dimensão correta para os serviços que necessitem suportar, prezando pela renovação e evolução tecnológica.
INDICADOR	39. IARM - Índice de Aderência de TIC (Relativo à Resolução CNJ nº 90/2009).
INICIATIVA(S)	162. Aquisição de dispositivos de armazenamento de acesso rápido para a ampliação da capacidade de armazenamento do <i>Data Center</i> com vista ao atendimento do crescimento da demanda de novos processos e digitalização dos processos existentes. 163. Disponibilizar ferramenta de <i>Business Intelligence</i> (BI). 164. Disponibilizar ferramenta de <i>Data Warehouse</i> (DW). 165. Disponibilizar ferramenta de <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP).
OBJETIVO	GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TIC.
DESCRIÇÃO	Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução dos trabalhos do PJBA.
INDICADOR	40. IDSTIC - Índice de disponibilidade de Sistemas de TIC.
INICIATIVA(S)	166. Aprimorar a Segurança da Informação. 167. Aumentar o acesso das vias de dados que interligam todas unidades do judiciário no Estado. 168. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 91/2009</u> , qual seja: Verificar se os sistemas das atividades judiciárias e administrativas do Tribunal de Justiça da Bahia aderiram integralmente aos requisitos do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário – MoReq-Jus. 169. Habilitar os magistrados e servidores na utilização da certificação digital. 170. Implantar a AR-TJBA para uso da tecnologia de certificação digital em equipamentos e aplicações, segundo regulamentação do ICP-Brasil e incorporada à cadeia da AC-JUS. 171. Implantar o Comitê de Segurança da Informação - Desenvolver e aplicar uma política de segurança da informação.
OBJETIVO	GARANTIR A INFRAESTRUTURA E O AMBIENTE SEGURO E ADEQUADO ÀS ATIVIDADES MEIO E FINALÍSTICAS.
DESCRIÇÃO	Prover a infraestrutura e o ambiente seguro de forma tal que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos usuários condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e o bom estado de conservação das edificações.
INDICADOR	41. IANCD - Índice de Aderência às Normas de Conservação e Desempenho (Relativo às ABNT NBR 14037:2011 / 5674:2012 / 15.575:2013).
INICIATIVA(S)	172. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 114/2010</u> , qual seja: Publicitar o cumprimento da Resolução pela Secretaria de Administração - SEAD. 173. Intensificar as inspeções, para verificação periódica da infraestrutura física das unidades judiciais e extrajudiciais, inclusive quanto a sua localização, à natureza das atividades prestadas ao público. 174. Programa de Reestruturação do Complexo de Fóruns. 175. Projeto de Reestruturação das instalações físicas de unidades administrativas. 176. Utilizar ferramenta tecnológica de comunicação interna para receber sugestões acerca de melhorias de infraestrutura.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

16. PERSPECTIVA DOS RECURSOS – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PERSPECTIVA DOS RECURSOS	
MACRODESAFIO	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
DESCRIÇÃO	Refere-se à implantação de políticas e diretrizes que favoreçam a articulação institucional com vista a um melhor desempenho financeiro, na ampliação da contribuição dos cofres públicos para a sustentação de sua estratégia, com vista à viabilização/captação de novas fontes de recursos, materialização de planos de gestão com eficiência e economicidade, utilizando-se destes mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.
INDICADOR	42. IEOD - Índice de Execução do Orçamento Distribuído - Administrativo, 1º Grau e 2º Grau (Relativo às Resoluções CNJ nºs 194/2014 e 195/2014). 43. IEAR - Índice de Eficiência na Arrecadação de Receitas.
INICIATIVA(S)	177. Aperfeiçoar a Gestão dos Recursos Próprios. 178. Aumentar a arrecadação através de ações como aperfeiçoamento de sistema de controle de utilização dos DAJE'S evitando distorções a exemplo da restituição indevida. 179. Interagir com os Órgãos da Administração Pública competentes para o desenvolvimento de ações voltadas à concessão de descontos e outros incentivos a fim de realizar acordos em títulos que gerem a alavancagem de recursos ao PJBA. 180. Interligar os Cartórios Extrajudiciais ao Sistema de Arrecadação. 181. Vincular o DAJES aos Processos Judiciais.
OBJETIVO	BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.
DESCRIÇÃO	Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços, e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.
INDICADOR	44. IEO - Índice de Eficiência Operacional. 45. IIGMD - Índice de Implementação da Metodologia de Gestão Matricial de Despesas - GMD.
INICIATIVA(S)	182. Desenvolver ação com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 83/2009</u> , qual seja: Acompanhar e avaliar anualmente a necessidade de adequação relativo à aquisição, locação e uso de veículos oficiais, em cumprimento à Resolução 83/2009 do CNJ e ao Decreto Judiciário 112/2014. 183. Desenvolver ações com vista ao atendimento da <u>Resolução CNJ nº 73/2009</u> , quais sejam: Revisar o Decreto Judiciário nº 136/2014; Revisar e otimizar o processamento dos pedidos de diárias e; Verificar a possibilidade de junção dos procedimentos de solicitações de passagens e diárias, criando uma rotina única para o processamento das viagens de servidores e magistrados. 184. Implantar Sistema Único de Gestão de Custos.
OBJETIVO	ASSEGURAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.
DESCRIÇÃO	Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos em cada iniciativa.
INDICADOR	46. IOEPI - Índice de Orçamento Estratégico do PJBA.
INICIATIVA(S)	185. Elaborar plano de controle, contingenciamento e compensação ao advento da privatização dos cartórios extrajudiciais. 186. Estabelecer política de fiscalização mais rígida na arrecadação de custas (ou emolumentos). 187. Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico. 188. Implantar plano integrado de auditoria e correição – desenvolver um plano que integre os procedimentos realizados pela fiscalização do TJBA e os de correição da Corregedoria, com o objetivo de otimizar os resultados. 189. Implementar suporte técnico e padrão operacional para os magistrados a fim de obter melhor definição de gratuidade aos processos.



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

17. CESTA DE INDICADORES - MISSÃO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA VISANDO A PAZ SOCIAL

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IC-PJBA - Índice de Confiança no PJBA (Baseado no ICI-Brasil da FGV).					NÚMERO
ALVO	Obter 5,5 pontos no IC-PJBA pela sociedade, até 2020.					01
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
5,0	5,1	5,2	5,3	5,3	5,4	5,5
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
PONTOS	Quinzenal	O que mede?	A confiança da população no PJBA.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Pesquisa(s) de opinião pública em todo o Estado da Bahia.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Para explicar ou antecipar, de forma direta, a evolução do nível de confiança da sociedade no PJBA.			
Capacidade	X Anual	Como mede?	ICP-PJBA = 70%(Percepção) + 30%(Comportamento)			

18. CESTA DE INDICADORES - EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURIDICIONAL

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR ALVO	IPC-Jus - Índice de Produtividade Comparada da Justiça. Obter 85,0% de eficiência na apuração o IPC-Jus, até 2020.					NÚMERO	02
	METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
47,7	52,0	56,0	65,0	74,0	83,0	85,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Nível de Eficiência Comparada dos Tribunais.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 de cada mês.				
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Levantamento das variáveis estatísticas de composição.				
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Para aferir a razão da eficiência relativa comparada entre tribunais de mesmo segmento.				
Capacidade	Anual	Como mede?	IPC-Jus = Análise Envolvória de Dados utilizando o modelo CCR de estudo das variáveis de análise - <i>Benchmarking</i> .				

19. CESTA DE INDICADORES - GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	ICID - Índice de Cidadania (Baseado no RL da Word Justice Project - WJP). Atingir escore global de 0,66 pontos em pesquisa de percepção baseada na metodologia do RL da WJP, fatores 3, 4, 6, 7 e 8, até 2020.					NÚMERO
ALVO						03
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0,0	0,51	0,54	0,57	0,60	0,63	0,66
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
PONTOS	Quinzenal	O que mede?	A percepção dos jurisdicionados da aplicação de princípios que garantam o estado de direito de cidadania.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 de dezembro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Nas unidades do PJBA.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Analisar a percepção dos cidadãos quanto à garantia de seus direitos no exercício missão institucional do PJBA.			
Capacidade	X Anual	Como mede?	ICID = (F3 + F4 + F6 + F7 + F8) / 5 (Fatores WJP)			



20. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A CIDADANIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	NPPS - Número de Pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais. Aumentar em 60% o número de pessoas beneficiadas, até 2020.				NÚMERO	04
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.500	3.850	4.200	4.550	4.900	5.250	5.600
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
PESSOAS/ANO	Quinzenal	O que mede?	Número de pessoas beneficiadas por ano.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 de dezembro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Nas iniciativas do PJBA.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar a amplitude de atuação do PJBA na promoção da cidadania.			
X Capacidade	X Anual	Como mede?	NPPS = ∑ do Número total de Pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais do PJBA por ano.			

21. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A QUALIDADE NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR ALVO	IAS - Índice de Aderência Socioambiental (Relativo à Resolução CNJ nº 201/2015). Atingir 100% de aderência à Resolução CNJ nº 201/2015 e seus anexos, até 2020.					NÚMERO	05
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
50,0	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual de demandas da resolução CNJ nº 201/2015 atendidas.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
X Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Nas unidades do PJBA.				
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar a amplitude de atuação do PJBA na promoção da cidadania.				
Capacidade	Anual	Como mede?	IAS = (Demandas Atendidas/Números Total de Demandas) * 100.				

22. CESTA DE INDICADORES - FACILITAR O ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IASJ - Índice de Acesso ao Sistema de Justiça. Atingir 100% dos municípios baianos, até 2020.					NÚMERO
06						
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
50,0	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	Capilaridade de serviços oferecidos pelo PJBA.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 de dezembro.			
X Eficácia	Trimestral	Onde mede?	No Estado da Bahia.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o percentual de municípios de alguma maneira atendidos pelo PJBA.			
Capacidade	X Anual	Como mede?	IASJ = [MA (Quantidade de Municípios Atendidos, aonde a Justiça Estadual chega de alguma forma: Itinerante, Virtual, Projetos Especiais, etc.) / MT (Números Total de Municípios da Bahia)] X 100.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

23. CESTA DE INDICADORES - IMPLANTAR POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MINORIAS

INDICADOR		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO
ALVO	IPPM - Índice Políticas Públicas voltadas às Minorias. Implantar ao menos 01(uma) ação afirmativa por ano, até 2020.					07	
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	1	1	1	1	1	1	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
AÇÕES/ANO	Quinzenal	O que mede?	Promoção da equidade social pelo número de ações afirmativas.				
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 de dezembro.				
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Nas unidades do PJBA.				
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o número de ações afirmativas implantadas.				
X Capacidade	X Anual	Como mede?	IPPM = ∑ de Ações Afirmativas implantadas no ano.				



24. CESTA DE INDICADORES - COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	ICC01 - Índice de Combate à Corrupção - Processos Antigos. Identificar e Julgar 60% das Ações de Improbidade Administrativa e Penais relacionadas a Crimes contra a Administração Pública que se enquadrem no Glossário da Meta Nacional Pétreia nº 4, distribuídas a 1 ano ou mais, até 2020.				NÚMERO	08
ALVO						
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
7,3	16,0	25,0	34,0	42,0	51,0	60,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	Celeridade no julgamento de Processos Antigos relacionados ao Combate à Corrupção.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o 5º dia útil do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o percentual de cumprimento do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	ICC01 = [PJ (Processos Julgados (Distribuídos a 1 ano ou mais)) / TAM4 (Total do Acervo da Meta 4)] * 100.			

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	ICC02 - Índice de Combate à Corrupção - Processos Novos. Identificar e Julgar 40% das Ações de Improbidade Administrativa e Penais relacionadas a Crimes contra a Administração Pública que se enquadrem no Glossário da Meta Nacional Pétreia 4, distribuídas a menos de 1 ano, até 2020.				NÚMERO	09
ALVO						
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0,0	10,0	20,0	30,0	40,0	50,0	60,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	Celeridade no julgamento de Processos Novos relacionados ao Combate à Corrupção.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o 5º dia útil do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o percentual de cumprimento do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	ICC02 = [PJ (Processos Julgados (Distribuídos a menos de 1 ano)) / TAM4 (Total do Acervo da Meta 4)] * 100.			

25. CESTA DE INDICADORES – DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IDVE - Índice de Divulgação de Valores Éticos e Morais. Instituir 25 iniciativas de promoção de valores éticos e morais, até 2020.				NÚMERO	10
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
7	3	3	3	3	3	3
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
INICIATIVAS/ANO		Quinzenal	O que mede?	Ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.		
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
Eficácia		Trimestral	Onde mede?	Unidades do PJBA.		
Eficiência		Semestral	Por que mede?	Verificar a efetividade de disseminação de valores éticos e morais no PJBA.		
X	Capacidade	Anual	Como mede?	IDVE = ∑ de iniciativas de disseminação dos valores éticos e morais no período.		



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

26. CESTA DE INDICADORES – AMPLIAR AS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	NACC - Número de Ações de Combate a Corrupção.					NÚMERO
ALVO	Realizar ao menos 01(um) mutirão de sentenças por ano, até 2020.					11
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0	1	1	1	1	1	1
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
AÇÕES/ANO	Quinzenal	O que mede?	A realização de mutirões de sentença.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	No local de realização do mutirão.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o número de mobilizações coletivas realizadas.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	IACC = ∑ de mobilizações coletivas realizadas no ano.			

27. CESTA DE INDICADORES – FORTALECER O CONTROLE INTERNO

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR	IAUCI - Índice de Aderência da Unidade de Controle Interno - (Relativo à Resolução CNJ nº 171/2013).					NÚMERO	12
ALVO	Atender 100% da Resolução CNJ nº 171/2013, até 2020.						
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
-	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS				
%		Quinzenal	O que mede?	Percentual de demandas das resoluções atendidas.			
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Diretoria Geral - DG.			
		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
X		Trimestral	Onde mede?	Na Unidade de Controle Interno - UCI.			
		Semestral	Por que mede?	Verificar o número de itens atendidos.			
		Anual	Como mede?	IAUCI = [DA (Demandas Atendidas) / NTD (Números Total de Demandas)] *100.			

28. CESTA DE INDICADORES - ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR ALVO	IGC - Índice Geral de Conciliação. Atingir 80,0% de IGC, até 2020.					NÚMERO	13
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
35,0	43,0	50,0	58,0	65,0	73,0	80,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Desempenho geral da conciliação no PJBA.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo Integrado da Conciliação - NIC.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
X Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Nas Unidades Judiciais e Pré-Processuais do PJBA.				
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar, numa leitura direta, o comportamento da conciliação no PJBA.				
Capacidade	Anual	Como mede?	IGC = [AF (Acordos Firmados) / AD (Audiências Designadas)] *100.				



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	NCBMC - Número de Cadastros no Banco de Mediadores e Conciliadores. Cadastrar no Banco do PJBA 1.000 Mediadores e Conciliadores Habilitados para o Exercício Regular da Profissão, até 2020 (Relativo à Resolução CNJ nº 125/2010).					NÚMERO
ALVO						14
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
200,0	333,0	467,0	600,0	733,0	867,0	1.000,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
CADASTROS	Quinzenal	O que mede?	A qualidade dos Profissionais em Exercício no Estado da Bahia.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo Integrado da Conciliação - NIC.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Núcleo Integrado da Conciliação - NIC.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do indicador.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	NCBMC = ∑ do Número de Profissionais Habilitados Cadastrados no Banco de Mediadores e Conciliadores do PJBA.			

29. CESTA DE INDICADORES - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IAJC01 - Índice de Agilidade da Justiça Criminal - Processos Antigos. Identificar e Julgar 60% das Ações Penais relacionadas a Crimes, exceto contra a Administração Pública que se enquadrem no Glossário da Meta Nacional Pétrea 4, distribuídas a 1 ano ou mais, até 2020.					NÚMERO
ALVO						15
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
7,3	16,0	25,0	34,0	42,0	51,0	60,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal	O que mede?	Celeridade no julgamento de Processos Antigos relacionados às Ações Criminais.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o 5º dia útil do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais Criminais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o percentual de cumprimento do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IAJC01 = [PJ (Processos Julgados (Distribuídos a 1 ano ou mais)) / TA (Total do Acervo)] * 100.			

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IAJC02 - Índice de Agilidade da Justiça Criminal - Processos Novos. Identificar e Julgar 60% das Ações Penais relacionadas a Crimes, exceto contra a Administração Pública que se enquadrem no Glossário da Meta Nacional Pétre4, distribuídas a menos de 1 ano, até 2020.					NÚMERO
ALVO						16
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0,0	10,0	20,0	30,0	40,0	50,0	60,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal	O que mede?	Celeridade no julgamento de Processos Antigos relacionados às Ações Criminais.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o 5º dia útil do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais Criminais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o percentual de cumprimento do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IAJC02 = [PJ (Processos Julgados (Distribuídos a menos de 1 ano)) / TA (Total do Acervo)] * 100.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

30. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS COM AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM JUNTOS À JUSTIÇA CRIMINAL.

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	NAJC - Número de Ações da Justiça Criminal.					NÚMERO
ALVO	Realizar ao menos 01(uma) ação de integração por ano, até 2020.					17
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	1	1	1	1	1	1
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
AÇÕES/ANO	Quinzenal	O que mede?	A realização parcerias com vista à melhoria da Justiça Criminal.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Assessoria Especial da Presidência II - Institucional - AEP II.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o número de Parcerias realizadas.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	NAJC = ∑ de Parcerias realizadas no ano.			

31. CESTA DE INDICADORES - GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR ALVO	TCLS – Taxa de Congestionamento da Litigância Serial no PJBA. Reduzir a taxa de congestionamento para 25%, até 2020.					NÚMERO	18
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
-	50,0	45,0	40,0	35,0	30,0	25,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual de processos pendentes de julgamento.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais Criminais do PJBA.				
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Garantir a razoável duração do processo.				
Capacidade	Anual	Como mede?	TCLS = 1 -[[TPJS (Total de Processos Judiciais Seriais Baixados)] / [TCSN (Total de Casos Seriais Novos) + TCSP (Total de Casos Seriais Pendentes)]]].				

32. CESTA DE INDICADORES - RACIONALIZAR E OTIMIZAR AS DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	NBPI - Número de Boas Práticas Implantadas (Relativas à Resolução CNJ nº 160/2012). Implementar ao menos 01(uma) Boa Prática por ano, até 2020.				NÚMERO	19
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	1	1	1	1	1	1
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
BOA PRÁTICA/ANO	Quinzenal	O que mede?	O Número de Boas Práticas com o objetivo de racionalizar e otimizar as demandas seriais de que trata a Resolução CNJ nº 160/2012.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURER.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURER.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o número de Boas Práticas Implantadas.			
X Capacidade	X Anual	Como mede?	NBPI = ∑ de Boas Práticas implantadas no ano.			



33. CESTA DE INDICADORES - IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	TCEFC – Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais e Cíveis. Reduzir a taxa de congestionamento para 25%, até 2020.				NÚMERO	20
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	50,0	45,0	40,0	35,0	30,0	25,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual de processos pendentes de julgamento.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Garantir a razoável duração do processo.			
Capacidade	Anual	Como mede?	TCEFC = 1 -[[TPEFC (Total de Processos de Execução Fiscal e Cíveis Baixados)] / [TCSN (Total de Casos Novos) + TCEFCP (Total de Casos de Execução Fiscal e Cível Pendentes)]]].			

34. CESTA DE INDICADORES - PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	TCFE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução. Reduzir a taxa de congestionamento para 25%, até 2020.				NÚMERO	21
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	50,0	45,0	40,0	35,0	30,0	25,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual de processos pendentes de julgamento na Fase de Execução.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Identificar possíveis fatores de ineficácia.			
Capacidade	Anual	Como mede?	TCFE = 1 - [[PBE (Processos Baixados na Fase de Execução)] / [CNE (Casos Novos na Fase de Execução) + CPE (Casos Pendentes de Execução)]].			

35. CESTA DE INDICADORES - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

DESCRIÇÃO DO INDICADOR							
INDICADOR ALVO	TMDP - Tempo Médio de Duração do Processo. Atingir um TMDP de 2 anos, até 2020.					NÚMERO	22
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
-	7,0	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
ANOS	Quinzenal	O que mede?	A celeridade em função da produtividade do PJBA.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais do PJBA.				
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Identificar possíveis fatores de Ineficiência.				
Capacidade	Anual	Como mede?	TMDP = $\sum (Xi * Fi) / \sum (Fi)$ onde X => Valores em Anos; F => Frequência dos Valores e; i = Quantidade de Classes.				



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

36. CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	TPTMO - Taxa de Processos de Trabalhos Mapeados (As Is) e Otimizados (To Be). Atingir um TPTM de 100%, até 2020.				NÚMERO	23
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0,0	17,0	33,0	50,0	67,0	83,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	O nível de mapeamento e otimização de processos do PJBA.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	TPTMO = [NUPTM (Número de Unidades com Processos de Trabalhos Mapeados e Otimizados) / NTU (Número Total de Unidades)] * 100.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

37. CESTA DE INDICADORES – INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	NACG – Número Atendido de Componentes de Governança (Relativo aos Componentes Estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU). Atingir um NACG de 100%, até 2020.					NÚMERO
ALVO						24
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	17,0	33,0	50,0	67,0	83,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%		Quinzenal	O que mede?	O nível de implantação da Governança do PJBA.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.		
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
X	Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.		
	Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.		
	Capacidade	Anual	Como mede?	NACG = [NACMG (Número Atendido de Componentes de Mecanismos de Governança no PJBA) / TCMG (Total de Componentes de Mecanismos do Referencial Básico de Governança do TCU)] * 100.		

38. CESTA DE INDICADORES – GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO PJBA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IGP - Índice de Gestão Participativa. Realizar 4 Reuniões de Análises Estratégicas - RAE por Ano, até 2020.					NÚMERO
ALVO						25
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0	3	4	4	4	4	4
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
RAE	Quinzenal	O que mede?	Aferir o percentual de reuniões de execução da estratégia realizadas no período.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 dos meses de: março, junho, setembro e dezembro.			
Eficácia	X Trimestral	Onde mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	IGP = [[RAER (Reuniões de Análise Estratégica (RAE) Realizadas no prazo)] / [RPP (Reuniões Previstas no Período)]] * 100.			

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	ISEPE – Índice de Sucesso na Execução de Projetos Estratégicos.					NÚMERO
ALVO	Obter 93% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2020.					26
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	60,0	66,0	74,0	80,0	85,0	93,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	A efetividade dos projetos estratégicos com suas metas internas alcançadas e concluídas no período.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 dos meses de: março, junho, setembro e dezembro.			
Eficácia	X Trimestral	Onde mede?	Nas unidades do PJBA.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	ISEPE = [[PEMA (Projetos Estratégicos Concluídos e com suas Metas Internas Alcançadas)]]/[TPE (Total de Projetos Estratégicos Previstos no Plano para o período)]]*100.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

39. CESTA DE INDICADORES - FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS TRIBUNAIS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS).

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IPEI – Índice de Parcerias Estratégicas Internas ao Poder Judiciário. Implantar ou implementar ao menos 3 parcerias estratégicas por ano, até 2020.					NÚMERO
	27					
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	3	3	3	3	3	3
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
PARCERIAS	Quinzenal	O que mede?	O nível de integração com os demais atores do Poder Judiciário.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 20 dos meses de julho e janeiro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades do PJBA.			
Eficiência	X Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	IPEI = ∑ de parcerias implantadas ou implementadas no período.			

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IABP - Índice de Aproveitamento de Boas Práticas. Atingir um TPTM de 100%, até 2020.					NÚMERO 28
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3	3	3	3	3	3	3
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
BOAS PRÁTICAS	Quinzenal	O que mede?	Aproveitamento do Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 20 dos meses de julho e janeiro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades do PJBA.			
Eficiência	X Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	IABP = ∑ de Boas Práticas implantadas ou implementadas no período.			

40. CESTA DE INDICADORES - FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IPEE - Índice de Parcerias Estratégicas Externas ao Poder Judiciário. Implantar ou implementar ao menos 3 parcerias estratégicas por ano, até 2020.					NÚMERO 29
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	3	3	3	3	3	3
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
PARCERIAS	Quinzenal	O que mede?	O nível de integração com outras Instituições.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 20 dos meses de julho e janeiro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades do PJBA.			
Eficiência	X Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
X Capacidade	Anual	Como mede?	IPEE = ∑ de parcerias externas implantadas ou implementadas no período.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

41. CESTA DE INDICADORES - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS INTERNOS E EXTERNOS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IACI - Índice de Aderência da Comunicação Institucional (Relativo às Resoluções CNJ nºs 79/2009 e 85/2009).					NÚMERO
ALVO	Atender 100% das Resoluções CNJ nºs 79/2009 e 85/2009, até 2020.					30
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%		Quinzenal	O que mede?	Percentual de demandas das resoluções atendidas.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Diretoria Geral - DG.		
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
X		Trimestral	Onde mede?	Na Assessoria de Comunicação - ASCOM.		
Eficiência		Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.		
Capacidade		Anual	Como mede?	IACI = [DA (Demandas Atendidas) / NTD (Números Total de Demandas)] *100.		

42. CESTA DE INDICADORES - MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO	
ALVO		IGGP - Índice Geral da Gestão de Pessoas. (Relativo ao IFT da Revista Você S/A). Atingir um IGGP de 85%, até 2020.					31	
METAS								
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
-	14,0	28,0	43,0	57,0	71,0	85,0		
DETALHAMENTO								
UNIDADE		APURAÇÃO		FUNDAMENTOS				
%		Quinzenal		O que mede? Análise quantitativa e qualitativa da Gestão de Pessoas em associação aos fatores de Clima Organizacional Baseado no método da PROGEP-FIA.				
CATEGORIA		Mensal		Quem mede? Diretoria de Recursos Humanos - DRH.				
X	Efetividade	Bimestral		Quando mede? Até o dia 20 dos meses de julho e janeiro.				
Eficácia		Trimestral		Onde mede? Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.				
Eficiência		X	Semestral	Por que mede? Entender o alcance do Indicador.				
Capacidade		Anual		Como mede? $IGGP = [IQGP (\text{Índice de Qualidade na Gestão de Pessoas}) * 0,3] + [IQAT (\text{Índice de Qualidade no ambiente de Trabalho}) * 0,7] / 2$.				

43. CESTA DE INDICADORES - DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES - GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

		DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	ALVO	ICMD - Índice de Competências Mapeadas e Desenvolvidas. Atingir um ICMD de 100%, até 2020.					NÚMERO	32
METAS								
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
0,0	17,0	33,0	50,0	67,0	83,0	100,0		
DETALHAMENTO								
UNIDADE		APURAÇÃO		FUNDAMENTOS				
%		Quinzenal	O que mede?	A difusão do conhecimento, habilidades e atitudes necessários à melhoria da eficiência do PJBA.				
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Diretoria de Recursos Humanos - DRH.				
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
Eficácia		Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.				
X		Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.				
Capacidade		Anual	Como mede?	ICMD = [NSCMD (Número de Servidores com as Competências Mapeadas e Desenvolvidas) / NTS (Número Total de Servidores)] * 100.				



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IADNC - Índice de Aderência às Diretrizes Nacionais de Capacitação. Atingir um TPTM de 100%, até 2020.					NÚMERO 33
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
69,0	70,0	75,0	80,0	85,0	90,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal		O que mede?	O percentual de itens atendidos das Diretrizes Nacionais de Capacitação, em relação ao total de itens das Diretrizes.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Universidade Corporativa - UNICORP.		
X	Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
Eficácia		Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.		
Eficiência		Semestral	Por que mede?	Para promover o alinhamento das ações de capacitação realizadas no PJBA as Diretrizes Nacionais.		
Capacidade		Anual	Como mede?	IADNC = [IADN (Itens atendidos das Diretrizes Nacionais) / TID (Total de itens das diretrizes)] * 100.		

44. CESTA DE INDICADORES - MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IPACE - Índice de Participação dos Magistrados e Servidores do TJBA, em Ações de Capacitação direcionadas a Execução da Estratégia.					NÚMERO
ALVO	Atingir um IPACE de 90,0%, até 2020.					34
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
45	50	70	75	80	85	90
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal	O que mede? Percentual de Magistrados e Servidores alcançados com ações de capacitação, direcionada a execução da estratégia.				
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Universidade Corporativa - UNICORP.		
X	Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
Eficácia		Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.		
Eficiência		Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.		
Capacidade		Anual	Como mede?	IPACE = [QMS (Quantidade de Magistrados e Servidores alcançados com ações de capacitação, direcionada a execução da estratégia) / TMS (Total de Magistrados e Servidores do TJBA)] * 100.		

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IDEE - Índice de Difusão direcionada à Execução da Estratégia.					NÚMERO
ALVO	Produzir e Veicular 1.000 matérias relacionadas com comprometimento e êxito dos atores na Execução da Estratégia, até 2020.					
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
12	100	200	400	600	800	1.000
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
MATÉRIAS		Quinzenal	O que mede?	O nível de difusão dos temas estratégicos.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Assessoria de Comunicação - ASCOM.		
X	Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.		
	Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Assessoria de Comunicação - ASCOM.		
	Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.		
	Capacidade	Anual	Como mede?	IDEE = ∑ das matérias relacionadas à Execução da Estratégia.		



45. CESTA DE INDICADORES – REDUZIR OS EFEITOS DO TURN OVER, DA AMNÉSIA ORGANIZACIONAL E DO PARADOXO INFORMACIONAL

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IRAD – Índice de Redução do Absenteísmo por Doenças. Obter uma redução no IRAD de 50%, até 2020.					NÚMERO
	36					
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	3,0	10,0	25,0	35,0	45,0	50,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	O nível de mapeamento e otimização de processos do PJBA.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IRAD = [IADO (índice de Absenteísmo por Doenças no Período Base (2015) – IADn (Índice de Absenteísmo por Doença no Período Corrente) / IADO (índice de Absenteísmo por Doenças no Período Base (2015))] * 100.			

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	ICPA – Índice de Comunidades de Práticas (COPs) Ativas. Catalogar, ao menos, 9 COPs ativas, até 2020.				NÚMERO	37
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3	3	5	6	7	8	9
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
COMUNIDADES	Quinzenal	O que mede?	A evolução do aprendizado colaborativo no PJBA.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Universidade Corporativa - Unicorp.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 20 de dezembro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.			
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Avaliar o quanto as COPS de diferentes domínios de conhecimento, interagindo regularmente, podem gerar novas práticas.			
Capacidade	Anual	Como mede?	ICPA = ∑ de COPs Ativas no período.			

46. CESTA DE INDICADORES – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA TIC

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IGCEA - Índice Geral de Conformidade em Ergonomia e Acessibilidade. Atingir um IGCEA de 85%, até 2020.					NÚMERO 38
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	14,0	28,0	43,0	57,0	71,0	85,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
%	Quinzenal	O que mede?	O nível de conformidade das Instalações Físicas, seu aparelhamento e dos Sistemas e Equipamentos de TIC aos padrões técnicos exigidos em normativos vigentes, tanto para atendimento aos aspectos ergonômicos quanto os de acessibilidade.			
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Secretaria de Administração - SEAD e Secretaria de Tecnologia da Informação, Comunicação e Modernização - SETIM.			
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 20 dos meses de Julho e Janeiro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBA.			
Eficiência	X Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IGCEA = [ICAI (Índice de Conformidade na Infraestrutura (SEAD)) + ICTIC (Índice de Conformidade na TIC (SETIM))]/ 2.			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

47. CESTA DE INDICADORES – GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE TIC APROPRIADA ÀS ATIVIDADES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

INDICADOR ALVO		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO	39
		IARM - Índice de Aderência de TIC (Relativo à Resolução CNJ nº 90/2009). Atingir um IARM de 100%, até 2020.						
METAS								
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
50,0	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0		
DETALHAMENTO								
UNIDADE		APURAÇÃO		FUNDAMENTOS				
%		Quinzenal	O que mede?	Percentual de demandas da resolução CNJ nº 90/2009 atendidas.				
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Secretaria de Tecnologia da Informação, Comunicação e Modernização - SETIM.				
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
X	Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Tecnologia da Informação, Comunicação e Modernização - SETIM.				
	Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.				
	Capacidade	Anual	Como mede?	IARM = (Demandas Atendidas/Números Total de Demandas) * 100.				

48. CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TIC

INDICADOR ALVO		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO	40
IDSTIC - Índice de disponibilidade de Sistemas de TIC. Atingir um IDSTIC de 100%, até 2020.								
METAS								
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
95,0	96,0	97,0	98,0	98,0	99,0	100,0		
DETALHAMENTO								
UNIDADE		APURAÇÃO		FUNDAMENTOS				
%		Quinzenal		O que mede? Tempo de Disponibilidade de Sistemas do PJBA.				
CATEGORIA		X Mensal		Quem mede? Secretaria de Tecnologia da Informação, Comunicação e Modernização - SETIM.				
Efetividade		Bimestral		Quando mede? Até o dia 10 do mês subsequente.				
Eficácia		Trimestral		Onde mede? Secretaria de Tecnologia da Informação, Comunicação e Modernização - SETIM.				
X Eficiência		Semestral		Por que mede? Entender o alcance do Indicador.				
Capacidade		Anual		Como mede? IDSTIC = [TTP (Tempo Total do Período) – TIS (Tempo de Indisponibilidade do Sistema) / TTP (Tempo Total do Período)] * 100.				

49. CESTA DE INDICADORES - GARANTIR A INFRAESTRUTURA E O AMBIENTE SEGURO E ADEQUADO ÀS ATIVIDADES MEIO E FINALÍSTICA

INDICADOR		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO
ALVO		IANCD - Índice de Aderência às Normas de Conservação e Desempenho (Relativo às ABNT NBR 14037:2011 / 5674:2012 / 15.575:2013). Atingir um IANCD de 100%, até 2020.					41
METAS							
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
50,0	58,0	67,0	75,0	83,0	92,0	100,0	
DETALHAMENTO							
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual, <u>no que couber</u> , de demandas das normativas atendidas.				
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Secretaria de Administração - SEAD.				
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.				
X Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Administração - SEAD.				
Eficiência	Semestral	Por que mede?	Entender o alcance do Indicador.				
Capacidade	Anual	Como mede?	IANCD = (Demandas Atendidas/Números Total de Demandas) * 100.				



50. CESTA DE INDICADORES – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

INDICADOR		DESCRIÇÃO DO INDICADOR					NÚMERO	42
ALVO	IEOD - Índice de Execução do Orçamento Distribuído – Administrativo, 1º Grau e 2º Grau (Relativo às Resoluções CNJ nºs 194/2014 e 195/2014). Executar 100,0% dos valores disponibilizados para o atendimento das orientações emanadas das Resoluções nº 195/2014 do CNJ, até 2020.							
METAS								
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
-	70,0	90,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
DETALHAMENTO								
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS					
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual entre o valor disponibilizado para o atendimento da Resolução e o orçamento Total do Poder Judiciário.					
CATEGORIA	Mensal	Quem mede?	Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN.					
X Efetividade	Bimestral	Quando mede?	1º semestre até 30/07 e o 2º semestre até 30/01 do ano subsequente.					
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN.					
Eficiência	X Semestral	Por que mede?	Verificar o índice de atendimento dos percentuais estabelecidos em conformidade com a divisão orçamentária.					
Capacidade	Anual	Como mede?	IEOD = [VE (Valor Executado) / VTO (Valor Total do Orçamento)] * 100.					

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR ALVO	IEAR - Índice de Eficiência na Arrecadação de Receitas. Aumentar em 20,0% a relação Receitas / Despesas, até 2020.					NÚMERO
						43
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
20,0	21,0	21,0	22,0	23,0	23,0	24,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal	O que mede?	Percentual entre o valor de receitas contabilizadas sobre orçamento Total do Poder Judiciário.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Secretaria de Administração - SEAD.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 10 do mês subsequente.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Administração - SEAD.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Auferir a capacidade em aumentar o percentual da relação Receitas/Despesas.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IEAR = [RC (Receitas de Custas) + RD (Recolhimentos Diversos) + RIN (Recolhimento INSS) + RIR (Recolhimento IR)] / [DT (Despesa Total) - IN (Inativos) - PR (Precatório) - INV (Investimentos) + DEP (Depreciação)].			

51. CESTA DE INDICADORES – BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IEO - Índice de Eficiência Operacional.					NÚMERO
ALVO	Reduzir para R\$ 1.362,00 o custo por processo, até 2020.					44
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.968,00	2.700,00	2.433,00	2.165,00	1.897,00	1.630,00	1.362,00
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO	FUNDAMENTOS				
R\$	Quinzenal	O que mede?	Despesa por processo.			
CATEGORIA	X Mensal	Quem mede?	Secretaria de Administração - SEAD e Secretaria Judiciária - SEJUD.			
Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até dia 10 de dezembro.			
Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Unidades Judiciais e Administrativas do PJBa.			
X Eficiência	Semestral	Por que mede?	Controlar o Custo Operacional de manutenção de cada Processo.			
Capacidade	Anual	Como mede?	IEO = $\frac{[(DT \text{ (Despesa Total)} - IP \text{ (Inativos e Pensionistas)} - PR \text{ (Pecatório)} - INV \text{ (Investimentos)} + DEP \text{ (Depreciação)}])}{IPB \text{ (Processos Baixados)}}$			



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IIGMD - Índice de Implementação da Metodologia de Gestão Matricial de Despesas - GMD.					NÚMERO
ALVO	Atingir um IIGMD de 100%, até 2016, mantendo-o, até 2020.					45
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
50,00	60,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE		APURAÇÃO		FUNDAMENTOS		
%		Quinzenal	O que mede?	A Implementação da Gestão Matricial de Despesas - GMD.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Secretaria de Administração - SEAD.		
Efetividade		Bimestral	Quando mede?	Até dia 10 do mês Subsequente.		
X	Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Administração - SEAD.		
	Eficiência	Semestral	Por que mede?	Controlar as despesas correntes de manutenção de cada processo.		
	Capacidade	Anual	Como mede?	IIGMD = $\sum$ % (Somatório Percentual) de Implementação da Metodologia.		

52. CESTA DE INDICADORES - ASSEGURAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR						
INDICADOR	IOEPJ – Índice de Orçamento Estratégico do PJBA.					NÚMERO
ALVO	Disponibilizar 9% do valor do Orçamento Total para Iniciativas Estratégicas, até 2020.					46
METAS						
VB	2015	2016	2017	2018	2019	2020
6,0	6,0	7,0	7,0	8,0	8,0	9,0
DETALHAMENTO						
UNIDADE	APURAÇÃO		FUNDAMENTOS			
%	Quinzenal		O que mede?	Percentual entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total do PJBA.		
CATEGORIA	X	Mensal	Quem mede?	Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN.		
X	Efetividade	Bimestral	Quando mede?	Até o dia 30 de janeiro do ano subsequente.		
	Eficácia	Trimestral	Onde mede?	Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN.		
	Eficiência	Semestral	Por que mede?	Verificar o grau de orçamento disponibilizado para as iniciativas estratégicas em relação ao orçamento total.		
	Capacidade	Anual	Como mede?	IOEPJ = [VDIE (Valor Disponibilizado para as Iniciativas Estratégicas) / OT (Orçamento Total)] * 100.		